



UM OFÍCIO DE FÉ E CORAGEM: A ATUAÇÃO DAS PARTEIRAS TRADICIONAIS NA VILA DE JOANA PERES

Domingos do Carmo Ferreira Ribeiro¹

Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

Luciana Gonçalves de Carvalho²

Universidade Federal do Pará, Belém, PA, Brasil.

RESUMO

Apesar da marginalização sofrida a partir do século XIX, no Brasil, as parteiras desempenham papéis fundamentais nas comunidades tradicionais da Amazônia. Neste artigo, baseado em pesquisa bibliográfica e entrevistas semiestruturadas realizadas em 2022 e 2023 na comunidade quilombola Vila de Joana Peres, em Baião (PA), busca-se dar visibilidade às trajetórias e contribuições de duas parteiras para a vida comunitária. Evidencia-se que, fazendo muito mais que partos, essas mulheres executam um ofício inspirado na solidariedade e fundamentado em refinados conhecimentos tradicionais. Dessa maneira, mantêm vivas culturas locais resistentes ao tempo e ao

¹ Mestre em Sociologia e Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará (PPGSA/UFPA, 2024). Especialista em Metodologia do Ensino da Filosofia e da Sociologia pelo Centro Universitário Leonardo Da Vinci (UNIASSELVI, 2016) e em Gestão Escolar pela mesma instituição (UNIASSELVI, 2015). Possui licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA, 2014) e em Pedagogia pela Faculdade Latino-Americana de Educação (FLATED, 2012). Atua como professor concursado nas prefeituras de Baião e Mocajuba (PA), com experiência em educação básica e popular. E-mail: professordomingosdocarmo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-9769-438X1>.

² Doutora em Antropologia (UFRJ, 2005), com pós-doutorado em Antropologia (UnB, 2021). Professora Associada na Universidade Federal do Oeste do Pará e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia na Universidade Federal do Pará. Líder do Grupo de Pesquisa Diversidade Cultural, Território e Novos Direitos na Amazônia. Membro do Conselho Consultivo do Iphan e do Órgão de Avaliação da Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco. Bolsista de Produtividade do CNPq -2. E-mail: luciana.carvalho@ufopa.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7916-9092127>.



sistema excludente e racista, responsável pela desqualificação de diversas práticas ancestrais relativas à saúde humana.

Palavras-Chave: Ofício de parteira; reconhecimento; comunidades quilombolas; Baião (PA).

A CRAFT OF FAITH AND COURAGE: THE WORK OF TRADITIONAL MIDWIVES IN THE VILLAGE OF JOANA PERES

ABSTRACT

Despite having been marginalized since the 19th century in Brazil, midwives play a fundamental role in traditional Amazonian communities. This article, based on bibliographical research and semi-structured interviews carried out in 2022 and 2023 in the quilombola community of Vila de Joana Peres, in Baião (PA), seeks to give visibility to the trajectories and contributions of two midwives to community life. The aim is to show that these women do much more than deliver babies, they perform a craft inspired by solidarity and based on refined traditional knowledge. In this way, they keep alive local cultures that are resistant to time and to the exclusionary and racist system responsible for disqualifying various ancestral practices relating to human health.

Keywords: Midwifery; recognition; quilombola communities; Baião (PA).

UN OFICIO DE FE Y CORAJE: EL TRABAJO DE LAS COMADRONAS TRADICIONALES EN EL PUEBLO DE JOANA PERES

RESUMEN

A pesar de estar marginadas desde el siglo XIX en Brasil, las parteras desempeñan un papel fundamental en las comunidades tradicionales amazónicas. Este artículo, basado en investigación bibliográfica y entrevistas semiestructuradas realizadas en 2022 y 2023 en la comunidad quilombola de Vila de Joana Peres, en Baião (PA), busca dar visibilidad a las trayectorias y contribuciones de dos parteras a la vida comunitaria. Muestra que estas mujeres hacen mucho más que atender partos, desempeñan un oficio inspirado



en la solidaridad y basado en refinados conocimientos tradicionales. De este modo, mantienen vivas culturas locales resistentes al tiempo y al sistema

excluyente y racista responsable de descalificar diversas prácticas ancestrales relacionadas con la salud humana.

Palabras-clave: Oficio de partera; reconocimiento; comunidades quilombolas; Baião (PA).

UN MÉTIER DE FOI ET DE COURAGE : LE TRAVAIL DES SAGES-FEMMES TRADITIONNELLES DANS LE VILLAGE DE JOANA PERES

RÉSUMÉ

Bien que marginalisées depuis le XIXe siècle au Brésil, les sages-femmes jouent un rôle fondamental dans les communautés traditionnelles amazoniennes. Cet article, basé sur une recherche bibliographique et des entretiens semi-structurés réalisés en 2022 et 2023 dans la communauté quilombola de Vila de Joana Peres, à Baião (PA), cherche à donner de la visibilité aux trajectoires et aux contributions de deux sages-femmes à la vie de la communauté. Il montre que ces femmes font bien plus que des accouchements, elles exercent un métier inspiré par la solidarité et fondé sur des connaissances traditionnelles raffinées. Elles maintiennent ainsi vivantes des cultures locales qui résistent au temps et au système d'exclusion et de racisme responsable de la disqualification de diverses pratiques ancestrales liées à la santé humaine.

Mots-clés: Sage-femme (métier); reconnaissance; communautés quilombolas; Baião (PA).

INTRODUÇÃO

Escrever sobre parteiras na Amazônia é uma maneira de dar visibilidade aos saberes, fazeres e protagonismo de mulheres atuantes em inúmeras comunidades tradicionais, onde, fazendo muito mais que partos, mantêm vivas



culturas locais resistentes ao tempo e ao sistema excludente e racista, responsável pela desqualificação de diversas práticas ancestrais relativas à saúde humana. É, também, uma maneira de denunciar os efeitos perversos da medicalização do parto, que relegou à marginalidade as parteiras tradicionais,

muito embora nunca as tenha impedido de atuar nas comunidades indígenas, quilombolas e rurais, bem como nas zonas urbanas periféricas e empobrecidas (Cardoso, 2012).

As parteiras tradicionais na Amazônia são, em geral, mulheres humildes que têm pouco estudo formal, mas detêm refinados conhecimentos sobre a saúde da mulher e do bebê. Historicamente, elas oferecem atendimentos gratuitos ou de baixo custo e fácil acesso a mulheres das camadas menos favorecidas, das quais elas mesmas fazem parte (Cruz, 2019). Seu saber-fazer é desenvolvido, na prática, no convívio social, por meio da observação e graças à curiosidade pessoal ou a circunstâncias que as levem a exercer o ofício de partejar, inserido em uma comunidade mais ampla (Fleischer, 2011).

Seu ofício vai muito além de partejar e, usualmente, é compreendido como um dom divino³, que garante cuidados não apenas voltados a mães e bebês, mas à própria comunidade da qual faz parte (Cruz, 2019). Como expõem Nascimento et al. (2009, p. 320), as parteiras agem como “conselheiras, curadoras da família e dos necessitados”. Pessoas que detêm conhecimento essencial na sobrevivência de suas comunidades”. Em suma, cuidam integralmente das mães, dos bebês e das suas famílias, com quem constroem relações de afeto e proximidade. Em regra, exercem seu trabalho como um ato de amor e dádiva, sem receber pagamento. Podem ser recompensadas,

³ Em um estudo sobre pajés, benzedores e parteiras, Vaz Filho (2016, p. 14) explica que o dom “é uma predisposição sobrenatural que apenas algumas pessoas trazem do ventre materno (por isso se diz dom de nascença) [...]. O dom demonstra seus indícios e é reconhecido socialmente [...] é algo profundo e determinante para a vida e a identidade do escolhido”.



entretanto, com a doação de uma quantia simbólica, um animal de criação (uma galinha ou um pato, por exemplo), uma saca de farinha ou outro item produzido pela família da parturiente.

De acordo com Melo, Müller e Gayoso (2013), essas mulheres geralmente tiram seu sustento de outras ocupações, comungam da mesma

realidade sociocultural das mulheres assistidas e costumam considerar seu ofício de parteira como mais uma de suas atribuições. Desse modo, fazem-no por solidariedade e para suprir necessidades das comunidades onde vivem, conforme notam Silva, Dias-Scopel e Schweickardt (2020) em seu estudo sobre gestação e parto na comunidade rural Lindoia, no município de Itacoatiara (AM). Oportunamente, os autores destacam “a imperiosa necessidade de auxílio e a condição feminina nos locais sem assistência biomédica como fatores que frequentemente mobilizam mulheres a amparar outras mulheres, principalmente no momento do parto” (Silva; Dias-Scopel; Schweickardt, 2020, P. 7).

Frente às necessidades, a formação das parteiras é forjada na prática, na experiência cotidiana, condicionada pela necessidade e pela empatia entre as mulheres, ou pelo que Vilma Piedade (2017) chamou de dororidade – conceito elaborado a partir da constatação da insuficiência da ideia de sororidade para definir as experiências de mulheres pretas. Esse conceito, segundo a autora, “apesar de muito novo, já carrega um fardo antigo, velho conhecido das mulheres: a Dor - mas, neste caso, especificamente, a dor que só pode ser sentida a depender da cor da pele. Quanto mais preta, mais racismo, mais dor” (Piedade, 2017, p. 17).

Talvez seja em função dessa dororidade que inúmeras mulheres da Comunidade Quilombola e Extrativista da Vila de Joana Peres, localizada no



município de Baião, no Pará, optam pelo parto domiciliar assistido por parteiras tradicionais, mesmo quando podem ter acesso aos atendimentos prestados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Inspirado por elas, este artigo propõe conhecer as parteiras atuantes na Vila Joana Peres: quem são essas, como se formaram, como atuam e participam do contexto da saúde na referida comunidade?

O percurso trilhado neste texto se inicia com uma revisão bibliográfica a respeito do ofício de parteira e sua progressiva marginalização no contexto de medicalização do parto e do nascimento, seguida de uma recente valorização dos conhecimentos e das práticas tradicionais exercidas por essas mulheres. Na sequência, apresenta-se um panorama da Vila de Joana Peres e das condições de saúde no local, delineando o contexto de atuação das duas parteiras tradicionais cujos relatos e experiências compõem a seção seguinte do texto. As informações contidas nessas duas últimas seções foram obtidas em 2022 e 2023 por meio de entrevistas semiestruturadas com líderes comunitários, profissionais de saúde da vila e as próprias parteiras, que fazem parte do círculo de relações parentesco e vizinhança do primeiro autor, quilombola natural da comunidade.

DA MARGINALIZAÇÃO À REVALORIZAÇÃO DO OFÍCIO E DOS SABERES DAS PARTEIRAS TRADICIONAIS

O processo de medicalização do parto e do nascimento teve raízes na Europa, na passagem do século XVI para o século XVII, quando a adoção do fórceps obstétrico representou um avanço tecnológico para a realização de partos complicados. Como o uso dessa nova ferramenta exigia conhecimentos



técnicos e habilidades dominadas pelos médicos (homens), as antigas parteiras passaram a ser paulatinamente alijadas da função de partejar (Nagahama; Santiago, 2005). A segregação dessas mulheres se acentuou no final do século XVIII, quando o Estado moderno passou a intervir na medicina, cuidando da higiene pública por meio da coordenação dos médicos, da medicação da população e do controle da natalidade, assim exercendo um poder de regulação da vida que Foucault (2005) identifica como biopolítica.

No Brasil, o processo em questão teve como marco a chegada da família real portuguesa, em 1808, ano em que foram fundadas as primeiras escolas de medicina no país, na Bahia e no Rio de Janeiro (Curi; Baptista, 2017). Em 1832, essas escolas passaram a oferecer cursos para diplomação de parteiras, destinados a alunas alfabetizadas e falantes de francês (Batista, 2016), aos quais as parteiras tradicionais brasileiras, por motivos óbvios, não tinham acesso (Ehrenreich; English, 2017).

A institucionalização dos cuidados relativos ao parto avançou significativamente por meio da criação de maternidades e de novos cursos de obstetrícia, enfermagem obstétrica e medicina, ao longo do século XX. O ensino do ofício de partejar tornou-se cada vez mais complexo, passando de curso médio/técnico até cursos de nível superior e especialização. Como os homens representavam a maioria dos indivíduos com acesso a esses últimos, as mulheres foram paulatinamente perdendo autonomia na realização de partos e passaram à condição de assistentes dos médicos (Curi; Baptista, 2017; Ehrenreich; English, 2017).

Inicialmente, a presença de homens (ainda que médicos) no trabalho de parto despertava desconforto e desconfiança nas mulheres. Em um estudo sobre as origens do campo médico especializado na obstetrícia e na



ginecologia em Vitória da Conquista (BA), Silva e Chaves (2014, p. 160) explicam essa reação em função do fato de que “a parteira estabelecia vínculos morais, afetivos e religiosos com as parturientes, ao passo que os jovens médicos viam a mulher e o corpo feminino por um viés científico”. Para contornar esse problema, relatam os autores, muitos médicos obstetras apresentavam-se como parteiros em anúncios de jornais locais (Silva; Chaves, 2014).

Com o avanço do processo de medicalização do parto, em uma clara expressão de racismo e sexismo epistêmicos, para usar os termos de Grosfoguel (2016), ocorreu a desqualificação dos conhecimentos tradicionais, “construído[s] pelas gerações anteriores e transmitido[s] através da oralidade” (Paes; leuchtenberger, 2018, p. 8), frente ao paradigma eurocêntrico (Nascimento et al., 2009), supostamente fundado em preceitos mais assépticos. Além disso, estimulou a criminalização da atuação das parteiras tradicionais por meio de leis e decretos (Batista, 2016).

Como resultado da crescente tecnificação do parto, o Brasil se tornou o segundo país do mundo em realização de cesarianas, “com taxas que passaram de 15% em 1970 para 56% em 2016” (Oliveira et al., 2022, p. 428), consideradas muito altas pela Organização Mundial de Saúde. Ademais, passou a registrar inúmeros casos de desrespeitos, abusos e maus tratos de parturientes, configurados como violência obstétrica (Leite et al., 2022), um problema de saúde pública que vem sendo cada vez mais discutido em nível global e local.

Em reação a esses problemas, discussões e propostas de desmedicalização e humanização do parto e do nascimento têm se avolumado



e evoluído no Brasil, desde o final dos anos 1970 (Diniz, 2005). Assim, segundo Santos et al. (2022), a obstetrícia eurocêntrica vem sendo contraposta por um novo paradigma de cuidado, que foca na saúde das mulheres, aproxima a produção científica das suas necessidades de saúde e busca corrigir comportamentos autoritários e hierárquicos para eliminar a assimetria das relações estabelecidas entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo de gestação, parto e puerpério (Santos et al., 2022).

O novo paradigma tem sido concebido como humanização, em um repertório de concepções humanistas abrangentes que partem de uma crítica

ao modelo tecnocrático da obstetrícia, que determina a necessidade de uma educação formal rígida e excludente para atuação no campo da saúde. Ao contrário, tais concepções valorizam conhecimentos tradicionais e estudos interdisciplinares sobre a natureza do ciclo gravídico-puerperal, agregando a ciência à prática e à formação ética dos profissionais de saúde (Bourguignon; Grisotti, 2018. p. 1232).

O termo humanização, em suma, tem sido usado de maneira genérica, não implicando necessariamente uma regulação das práticas associadas ao parto e ao nascimento. Como sugere Brüggemann (1998, p. 59), o simples fato de eliminar posições redutoras não garante um tratamento humanizado, se este não estiver pautado na compreensão da experiência do ponto de vista da parturiente e da família, que vivenciam o processo de nascimento.

Ademais, o modelo supostamente novo não traz qualquer proposta efetiva de reparação às parteiras tradicionais que sempre atuaram de forma humanitária e foram marginalizadas na sociedade brasileira. Neste sentido, os movimentos pela humanização do parto não combatem “a invisibilidade em que se encontram nos sótãos escuros da história práticas e experiências de



mulheres negras que se dedicavam ao ato de curar, de ajudar outras mulheres em suas doenças e, especialmente, no momento do parto”, denunciada por Benedita Celeste de Moraes Pinto⁴ (2002, p. 206).

As realidades vivenciadas pelas mulheres envolvidas nesses movimentos, inclusive, em vários aspectos não condizem com a realidade daquelas que vivem nas comunidades onde as parteiras nunca deixaram de atuar, ou seja, nas comunidades mais afastadas dos centros urbanos, como as indígenas, ribeirinhas e quilombolas, que existem em grande número no

Nordeste e do Norte do país. A principal diferença entre elas decorre do fato de que as primeiras, em geral, pertencem à classe média, são dotadas de instrução formal, são ativistas feministas ou ~~são~~ até mesmo médicas, enfermeiras e técnicas de saúde. Em suma, podem optar por ter atendimento em casa, acompanhado por profissionais da saúde, e, se necessário (em caso de complicações), estão próximas de um hospital ou unidade de saúde onde obter socorro.

Essa não é a situação das mulheres nas comunidades tradicionais da Amazônia, onde, muitas das vezes, não resta opção além do recurso às parteiras tradicionais, pois não há médico ou qualquer outro profissional disponível nas proximidades de sua residência, nem possibilidade de arcar com as despesas de deslocamentos até os centros urbanos para ter acesso a serviços de saúde (Pinto, 2002). Para além do fator econômico, o recurso às parteiras tradicionais também se explica pelo fato de que seu trabalho agrega saberes pluriétnicos, experiências culturais e práticas transmitidas de uma

⁴ Pesquisadora da Universidade Federal do Pará, coordenadora do Centro de Pesquisa do Campus Universitário do Tocantins - UFPA/Cametá e líder dos grupos de pesquisa Quilombolas e mocambeiras: história da resistência negra na Amazônia (GPQ UIMOHRENA) e História, educação e linguagem na região amazônica (GPHELRA).



geração a outra, preservando segredos da natureza e, frequentemente, da religiosidade (Schumacher; Brasil, 2007).

Foi em função da riqueza e complexidade dos conhecimentos e das técnicas usadas por elas nos cuidados com a gestação, o parto e o pós-parto, que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) recentemente os registrou como patrimônio cultural do Brasil,⁵ sinalizando a necessidade de uma reparação histórica a essas mulheres.

As parteiras tradicionais sempre foram as detentoras de um saber especial – ao mesmo tempo orgânico e subjetivo, físico e sobrenatural, relacionado ao cuidado e ao apoio às mulheres. Aos poucos, foram alijadas de processos com os quais colaborariam imensamente. Agora, com o reconhecimento do teor patrimonial de seu ofício, voltam à cena com vigor suficiente para provocar

interessantes problematizações no que concerne a procedimentos e pensamentos tidos como verdades absolutas, soluções obviamente melhores e técnicas infalíveis. No campo da memória e da valorização das referências identitárias, a patrimonialização dos saberes e práticas das parteiras tradicionais é uma reparação histórica, e, nesse sentido, a entendemos como uma nova narrativa possível (Ufpe; Iphan, 2021, p. 13).

Assim sendo, na dimensão social, este estudo propõe dar visibilidade às parteiras tradicionais da Vila de Joana Peres e contribuir para o reconhecimento e a valorização de seus saberes e práticas como parte do patrimônio cultural da região do Baixo Tocantins, onde ainda são escassos os conhecimentos sistematizados sobre as vivências e a ancestralidade das mulheres quilombolas.

⁵ O registro foi aprovado por unanimidade na 104ª Reunião do Conselho Consultivo do Iphan, em 9 de maio de 2024, determinando a inscrição do bem nomeado “Ofício, Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil” no Livro dos Sabres.



PANORAMA DA VILA DE JOANA PERES E DO ACESSO À SAÚDE NA COMUNIDADE

A Vila Joana Peres está localizada na margem esquerda do Rio Tocantins, no município de Baião, no nordeste do estado do Pará. O acesso a ela pode ser feito pelo rio, a partir da sede municipal, em viagens de três horas de duração, em média. Também pode ser feito por via fluvial e terrestre, combinando uma viagem de cerca de 45 minutos de balsa, a partir de Baião, com um trecho rodoviário pela BR-422, a antiga Transcarnetá. Vindo das cidades de Tucuruí ou Carnetá, um traslado de duas horas por essa rodovia também leva até Joana Peres.

A trajetória de ocupação dessa comunidade remonta ao período compreendido entre os séculos XVII e XIX, quando a região do Baixo Tocantins recebeu milhares de africanos para o trabalho escravo nas lavouras de cana, tabaco, arroz, algodão e cacau (Figueiredo, 2014; Pinto; Costa; Domingues, 2021). Em 1848, segundo Gomes (2006), essa população escravizada,

especificamente nas localidades de Barcarena, Mojú, Acará, Guamá, Igarapé-Miri, Abaeté, Carnetá, Baião e Oeiras, era de 11.199 pessoas, representando uma das maiores concentrações de negros no Pará, o que se manteve mesmo após a abolição da escravatura.⁶

Ao longo do século XIX, a formação de quilombos se tornou a principal estratégia coletiva de resistência ao regime escravocrata, dando origem a inúmeros povoados negros nessa vasta área geográfica. A Vila de Joana Peres

⁶ Com base em dados do censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Gomes (2006) informa que, em 1950, pretos e pardos constituíam 56% da população de Mocajuba, Baião e Carnetá – que, segundo Salles (2005), abrigava o maior número de pretos e pardos em todo o Pará.



se formou nesse contexto, como indicam estudos recentes produzidos por universitários e pesquisadores da própria comunidade e de outras comunidades quilombolas, a partir da história oral e da memória dos moradores mais antigos (Figueiredo, 2014; Ribeiro, 2020; Silva, 2016; Pixuna Neto, 2023).

O nome da vila foi atribuído em referência à sua fundadora, Joana Pires, mulher de ascendência portuguesa que adquiriu uma grande porção de terras do governo do estado do Pará, nas quais empregou mão de obra escrava. Após sua morte, os escravizados se refugiaram em lugares como Mocambo, a 5 km dos limites atuais da vila, e formaram quilombos como Tavares, Retiro, Cacará e Toari, onde ainda se encontram vestígios de materiais cerâmicos utilizados por eles.

Ao longo do século XX, os moradores de Joana Peres enfrentaram diversas disputas territoriais, destacadamente uma luta armada com povos nativos, intensificada durante a construção da Estrada de Ferro do Tocantins (EFT) (Arnaud, 1961; Ramos, 2009), e uma contenda judicial com um fazendeiro que se dizia dono das terras ocupadas pela comunidade (Silva, 2016). Mais

recentemente, conflitos socioambientais com novos ocupantes da região motivaram as comunidades vizinhas de Ipaú e Anilzinho, ambas no município de Baião, a solicitarem a criação da Reserva Extrativista (Resex) Ipaú-Anilzinho, consumada em 2005. Com uma área de aproximadamente 55.816,01 ha, a Resex abrangeu parte do território de Joana Peres, sem que seus líderes o soubessem.

Insatisfeitos com a condução do processo de criação da Resex, esses líderes mobilizaram a população local para o autorreconhecimento da Vila de Joana Peres como comunidade quilombola. Esse processo começou em



novembro de 2019 e envolveu outras cinco comunidades: Lucas, Espírito Santo, Vila de Anilzinho, Fé em Deus e Xininga. Em maio de 2020, a Fundação Cultural Palmares (FCP) emitiu a certidão de reconhecimento da Vila de Joana Peres como comunidade remanescente de quilombo, atendendo a pedido da Associação dos Moradores e Mini-Produtores Rurais da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho do Polo Norte das Comunidades Vila De Joana Peres e Xininga (Assorianorte).

Atualmente, a comunidade quilombola e extrativista de Joana Peres é composta por aproximadamente 450 famílias cuja economia baseia-se na agricultura familiar (destacadamente, no plantio de mandioca, milho, arroz, pimenta-do-reino, cacau e açaí), no extrativismo de produtos vegetais (flores, frutos, cascas, sementes, óleos etc.), na criação de pequenos animais (porcos, galinhas e bois), na caça e na pesca artesanal. Há uma incipiente plantação de condimentos, ervas aromáticas e medicinais, tais como cebolinha, urucum, pimenta dedo-de-moça, alfavaca e hortelã, entre outras. A maioria da população adulta é beneficiária de programas sociais como o Bolsa-Família e o

Seguro-Defeso⁷. O restante se mantém de suas aposentadorias, pensões e serviços públicos (professores e servidores da saúde).

No que tange à infraestrutura disponível, mudanças ocorridas nos últimos 18 anos trouxeram melhorias significativas para a comunidade de Joana Peres. Primeiro, os moradores foram contemplados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com a concessão de 284

⁷ Política do governo federal que disponibiliza aos pescadores cadastrados o valor de quatro salários-mínimos anualmente, para suprir necessidades no período de reprodução dos peixes. Assim, nos meses de dezembro, janeiro, fevereiro e março, a pesca é restringida, permitindo-se somente a captura de uma pequena quantidade de peixes para subsistência.



créditos habitacionais entre 2006 e 2019, o que lhes possibilitou substituir as antigas casas de tábuas cobertas com palhas por novas residências em alvenaria. Segundo, a energia elétrica passou a ser fornecida à comunidade em 2006, após muitas reivindicações e barricadas na BR-422.

Os serviços ofertados à população local também apresentaram melhorias nas últimas décadas. Há duas unidades escolares funcionando em Joana Peres, uma de ensino infantil, que atende a cerca de 74 alunos, e uma de ensino fundamental, com mais de 240 estudantes. O ensino médio é ofertado a quase 80 alunos via Sistema Modular de Ensino (Some), em parceria entre o estado e o município de Baião. Sete igrejas atuam no local: uma, católica; e as demais, pertencentes a diferentes denominações evangélicas, segmento que vem crescendo e alterando a vida cultural da comunidade, em especial, suas festividades tradicionais.

Por fim, a Vila Joana Peres conta com um posto de saúde construído em 1988 e reformado em 2012, onde um médico clínico geral, uma enfermeira, duas técnicas de enfermagem, um vigia e cinco agentes comunitários de saúde (ACS) atendem os moradores. Ressalta-se que, com exceção do médico, os demais servidores são naturais da comunidade, o que é considerado muito positivo pelos moradores. Apesar dessa estrutura, a oferta de cerca de 40

atendimentos diários ainda é insuficiente diante da demanda, assim como a quantidade de medicamentos disponibilizados pela prefeitura de Baião. Logo, a busca de atendimento na cidade é constante. A condição mais periclitante, porém, é a de emergência, pois o posto não dispõe de ambulância e é preciso fretar carro ou barco, o que leva as famílias com menor poder aquisitivo a contrair dívidas para prestar socorro aos seus membros.



No contexto histórico de carência em saúde, os pajés, curadores, benzedores e puxadores⁸ e parteiras – considerados por Vaz Filho (2016) como “invisíveis e imprescindíveis sacerdotes do povo na Amazônia” – foram os principais responsáveis pela cura de enfermidades e realização de partos na Vila Joana Peres. Conforme os moradores mais antigos, os pajés, sobretudo, assumiam as funções de cura, servindo-se para tanto de conhecimentos tradicionais relativos ao uso de plantas, com as quais receitavam banhos, defumações, garrafadas e infusões. Em algumas ocasiões, também auxiliavam mulheres a darem à luz, como relatou Heráclito Ribeiro de Cristo, um dos quilombolas mais idosos da comunidade.

O tio Januário, por exemplo, fez uma vez o parto do meu irmão Edmilson. Mamãe quase morre no ano de 1968. Ele assistiu, mamãe, ajudou a salvar a vida daquela mulher de quarenta e poucos anos. Teve um filho, quase ela morre. Outros homens, como Érico Ribeiro, Juvêncio Melo, atuavam nessa área. O Juvêncio Melo cuidava da saúde na comunidade. Ele era tipo doutor, tinha toda uma receita para aplicar remédio [...] não tinha posto de saúde. Em Baião, que tinha um postinho. (Entrevista de Heráclito Ribeiro de Cristo, 11/06/2023).

Os especialistas locais em saúde eram considerados sábios e até comparados a doutores, mas também contavam, frequentemente, com o auxílio de divindades. As práticas de cura na pajelança, sobretudo, agregavam valores étnicos ao saber-fazer tradicional, configurando-se como expressão de fé e religiosidade, identificando o legado, a memória e a tradição de seu povo. Após os anos 1990, porém, com a instalação do posto de saúde, os saberes dos antigos pajés não foram incorporados pelas gerações mais novas e a pajelança foi extinta na Vila Joana Peres.

⁸ O termo designa aqueles que “puxam”. O ato da puxação, como se diz na Amazônia, consiste em uma espécie de massagem geralmente aplicável a luxações, torções e dores musculares, mas também à barriga de mulheres grávidas com o objetivo de manipular a posição do bebê com o objetivo de facilitar o parto.



As mudanças no campo da saúde também afetaram as parteiras, que se tornaram menos numerosas, mas nunca deixaram de atuar, preservando, em certa medida, alguns conhecimentos tradicionais outrora presentes na pajelança. Embora suas trajetórias sejam diferentes e independentes das dos antigos pajés, sua função frequentemente se associa à espiritualidade e à natureza, envolvendo objetos, rezas, orações, cânticos religiosos e rituais, incluindo o uso de ervas medicinais (Galvão et al., 2019; Santiago, 2019). Em todo caso, sua atuação vai muito além do partejar, envolvendo o estabelecimento de vínculos afetivos com a parturiente, o bebê e sua família, de tal forma que chegam a ser tratadas como “mães” por pessoas que ajudaram a nascer.

TRAJETÓRIA E ATUAÇÃO DAS PARTEIRAS NA VILA JOANA PERES

A mais idosa entre as parteiras ativa em Joana Peres é a senhora Benedita Ferreira Costa, de 73 anos. Casada, mãe de seis filhos, ela nasceu e cresceu nessa comunidade e, desde sua juventude, ajudava seus pais nos trabalhos domésticos, na agricultura familiar e no extrativismo de castanha e borracha. Não teve chance de estudar muito, pois, quando era garota, a comunidade não ofertava ensino para além da 3ª série. Na época, contava apenas com professores voluntários como a mãe da dona Marisa, vinda do município de Cametá, que ensinava crianças e adolescentes a ler e a escrever;

mais tarde, com professores que vinham da cidade de Baião para ministrar aula.

Figura 1: Benedita Ferreira Costa



Fonte: RIBEIRO, pesquisa de campo (2022).

Dona Benedita ou tia Bena, como carinhosamente é chamada, é filha de Zulmira Ferreira Ribeiro, descendente de nordestinos, e de Djalma Ribeiro de Cristo, de família paraense, oriunda do município de Cametá (Juba). Seus pais moravam a 30 km de Joana Peres, onde atualmente fica a comunidade de Anilzinho, na BR-422, no período em que cresceram os conflitos com os indígenas. Então, vieram morar em Joana Peres na década de 1920, e aí construíram a família que gerou Benedita e mais sete filhos. No total, foram quatro homens e quatro mulheres.

Durante sua adolescência, nunca passou pela sua cabeça que um dia seria parteira. Não havia parentes próximos que exercessem esse ofício, nem oportunidades de contato com ele. Sua primeira experiência em partejar

aconteceu quando ela tinha dezoito anos e ainda morava com seus pais na Ilha Mariana, na década de 1960. Ocorreu uma circunstância delicada com a



senhora Mariazinha, filha do compadre Jaca, ambos falecidos. Dona Benedita foi então incumbida de acompanhar Mariazinha a pedido do senhor Jaca, pois ela estava sentindo dores de parto fazia três dias. Ocorre que, durante a viagem para a cidade de Cametá, a parturiente teve o bebê.

Deu dor na filha do Seu Jaca, Mariazinha. Quando iria completar três dias, como se fosse hoje às 8 horas da manhã, ele bateu na casa do papai, chamou por três vezes: Djalma? O papai respondeu: oi. Ele disse: vem aqui mano, me ajuda que eu quero levar a Mariazinha, que ela está completando três dias hoje, ela está fraca, sem força e as assistentes dela foram todas embora. E para onde você quer levar mano? Quero ver se levo para Cametá. Baião, naquela época, não tinha recurso né? Meu pai falou: meu irmão, quem você vai querer que vá daqui? A comadre Bena. Vou chamar ela. Ele me chamou e eu fui. Tá bem, compadre Jaca, vou lá primeiro. Cheguei lá, a situação dela era muito triste, buchuda não podia nem dormir. Conversei com a mãe dela, ela disse: não, minha filha, agora, ela não quer tomar nada, só quer dormir. Eu ainda falei: isso porque dos maus tratos que fizeram pra ela. Aí eu falei: eu vou levar ela, se Deus quiser ele vai mandar um barco pra nós ir. Porque o barco do seu Roxo era pequeno. Se arrumamos, quando nós vimos vinha se aproximando um barco, e nós já lá na beira do rio chamando, abanamos as mãos, as roupas, e o barco veio em nosso rumo. Quando encostou, ele disse: oi gente! Aí respondemos: oi. E o papai passou pra eles: de onde vocês são? Somos de Santo Antônio de Cametá, somos marreteiros⁹. Papai falou: você não pode fazer um grande favor para nós, tem uma senhora aí, e ela está sofrendo muito, hoje ela já tá completando três dias, sofrendo muito com dor pra ganhar neném e ainda não teve, e essa minha filha vai acompanhar ela. O homem disse: olha nós íamos para a casa do seu Roxo¹⁰, mas sendo assim, nós voltamos de novo, vamos levar ela. Aí tá, ajeitaram o barco, ataram a rede dela, peguemos um bagulhinho que ela tinha e fomos, viajamos, viajamos, quando chegou do Umarizal¹¹ pra lá, eu fiz um chá pra ela de erva cidreira e erva doce, ela bebeu e dormiu, aí fomos embora. Aos poucos a feição dela ia melhorado, e seguimos viagem, quando nós avistamos Cametá umas 13h, ela falou: comadre Bena, me ajude, agora vou ter meu filho. Eu, sem experiência, eu falei para ela por três vezes: espera um pouco que já vamos chegar. Ela responde: comadre, filho não espera. Então

pedi para os homens que estavam no barco abaixarem a rede ajeitei bem, sem demora a bolsa rompeu, e ela disse: comadre vou lhe ajudar e senhora vai puxando aí, até que nasceu a criança, era enorme a

⁹ Comerciantes (também conhecidos nesta região como regatão) nessa época abasteciam os comércios da comunidade com produtos industrializados.

¹⁰ Comerciante da época que possuía uma pequena embarcação que não era coberta.

¹¹ Vila do município de Baião que fica à 1h30min de Joana Peres.



criança, uns 4 quilos. Me ensinou a cortar o umbigo, pediu para que eu segurasse em suas pernas e colocasse de cabeça para baixo, e até o momento pensei que estava com vida, mas já se encontrava morta desde o ventre de sua mãe. Essa foi a minha primeira experiência. (Benedita Ferreira Costa; entrevista realizada na Comunidade quilombola e extrativista Vila de Joana Peres, no dia 31 de outubro de 2022).

Ela conta que, depois dessa experiência, se perguntava: “será que vou ser parteira?”. Após seu casamento, já com vinte e cinco anos, a comunidade começou a procurá-la e, no decorrer do tempo, as pessoas foram tendo confiança e admirando o seu saber. Nascida em um lar católico,¹² ela já sonhava como fazia os partos, como se fosse uma revelação divina, e dessa forma foi acumulando experiência, chegando a fazer até dois partos em uma mesma noite.

Diante das falas de Dona Benedita percebe-se que seus saberes estão relacionados com a fé no sagrado, pelo fato de não ter estudado em nenhuma escola formal, pois se é dotada de conhecimentos, os atribui a uma dádiva divina. Também é possível notar a disponibilidade e o seu esforço para atender às suas pacientes, como por exemplo, realizar duas assistências na mesma noite. Deste modo, ela diz que, no decorrer de suas experiências, até mesmo com seu próprio parto, e com antigas parteiras como Maria Chapéu e Dona Maria Grossa, aprendeu algumas técnicas que lhe ajudaram a aprimorar.

Com mais de 55 anos de experiência, dona Benedita já realizou tanto parto que perdeu a conta de quantas crianças ela ajudou a colocar no mundo. No entanto, afirma que, até 1985, tinha um caderno onde fazia anotações, como o peso e o comprimento da criança. Naquela época já constavam

¹² Durante muito tempo ela exerceu a fé no catolicismo, no entanto, há mais de 12 anos, frequenta a religião protestante.



anotações de mais de 60 bebês, mas, com determinado tempo, o caderno ficou preto e não deu mais para entender o que estava escrito.

Não tenho, porque em 85 eu tinha meu caderno, era cheio, eu já pesava, tirava relação, né? Pesava, media tudo e depois, com um tempo, quando eu fui ver o meu caderno, pretou tudo. Igual o livro da parteira, nunca mais tive um livro de parteira que eu estudava lá também, estudava a abertura da criança da mãe, né?

E aí tudo isso eu fazia, mas depois pretou tudinho, ficou igual a uma lama, não compreendi mais, naquele tempo eu estava com mais de 60 crianças. Olhe lá, deste aqui, ó! (Apontou para o seu neto de 18 anos). Eu não sei, meu filho, quantas crianças eu já pequei, vou jogar no menos, mais de 300 crianças (Dona Bena, entrevista 31/10/2022).

Benedita Ferreira Costa fez parte do grupo de parteiras tradicionais do baixo Tocantins que, no início dos anos 2000, foram selecionadas pela prefeitura Municipal de Baião, em parceria com estado do Pará e o Ministério da Saúde, para receber capacitação através do Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais. O órgão responsável, no município de Baião, era o Instituto de Desenvolvimento, Educação Ambiental e Solidariedade (Ideas/Baião/PA) (MS, 2010). De acordo com suas informações, o curso oferecia apenas as passagens, quando tinham que se deslocar até a cidade de Baião, e alguns materiais que a auxiliaram durante um bom tempo. Depois que encerrou a formação, não tiveram mais acesso a esse suporte.

Quando participei daquele curso das parteiras, eles pagavam a nossa passagem para ir para Baião, somente isso, a passagem era barato, né? Recebemos alguns materiais: a valise era muito bonita, muito forte, agora veio a tesoura (inox), mais o ferro que tem aí de colocar no cordão umbilical pra gente amarrar, né? Ou esperar a placenta, a trena, duas vestes, a farda. A minha era verde, de manga comprida, uma capa de mangas compridas, um chapéu branco, dois metros de plástico grosso (usava na hora do parto) e muitas luvas. Isso foi o que nós ganhamos. Esses materiais só foram dados na época do curso, o governador era o Jader Barbalho, depois nunca mais veio nada. Trabalhei muito, muito, muito com esse material. (Costa, entrevista 31/10/2022).

Dona Benedita sempre foi uma mulher guerreira, trabalhadora, com seu marido Honorato Costa e nunca dependeu do ofício de parteira para sobreviver.



Criou todos os seus filhos cultivando roça e praticando a pesca artesanal e o extrativismo da castanha, da borracha e do cipó da mata, uma atividade peculiar em uma comunidade tradicional de sua época. O ofício de partejar era como uma tarefa extra, feita com muita responsabilidade e amor ao próximo.

Eu amo o meu trabalho. É um trabalho arriscado, é um trabalho, como vocês sabem, que não é bom, mas eu acho essa área, para mim, muito boa. Eu queria trabalhar uma semana aqui em Baião ou em Tucuruí¹³, ia mostrar para eles como é que se faz um parto, sem padecer a mãe (Benedita F. C. Pesquisa de campo, 31 de outubro de 2022).

Aqueles que reconheciam o seu trabalho lhe recompensavam de algum modo, mas ela jamais estipulou valor para seus clientes. Assim sendo, se deparava com três tipos de públicos. Havia aquelas pessoas que, devido a dificuldades financeiras, não tinham condições para lhe recompensar. Às vezes, a paciente doava, por exemplo, uma roupa, ou assumia a lavagem de roupa para ela no pós-parto. Infelizmente, segundo ela, existia uma parcela da clientela que a enganava, dizendo que iam acertar pelo serviço em outro momento e por isso ficava. Vale ressaltar que os maridos das parturientes eram os responsáveis por acertar com as parteiras pelo trabalho prestado. O último grupo de pacientes era o das pessoas que a remuneravam e agradeciam por seu trabalho e todo cuidado com a mãe e o bebê

Dona Benedita e seu esposo são aposentados por idade e vivem de benefícios atualmente, mas ela dedicou uma vida toda atendendo chamado de pessoas que precisavam de sua habilidade, que não se limitava a parturição, mas envolviam a puxação da barriga das grávidas, garrafadas feitas de

¹³ Cidades do baixo Tocantins que são próximas da Vila de Joana Peres.



remédios caseiros para mulheres, puxação de rasgadura e distensão muscular, entre outros socorros. Ela não atendia apenas em Joana Peres, mas o fazia no

km 70, 80, na Fazenda Capixaba, na BR 422, em Seringa, Açú, Jacundá e Beiradão (Fazenda Martins), entre outras localidades, realizando parto e cuidados com a mãe e o recém-nascido.

A segunda parteira da comunidade é a senhora Ana Laura Dias Vieira, de 51 anos, que nasceu no município de Cametá e veio morar com seus pais em Joana Peres, quando tinha 16 anos, em 1988. Seus genitores eram humildes, trabalhavam em roça, com criação de pequenos animais (galinha e porco), praticavam a pesca artesanal de subsistência e o extrativismo. Desse modo, Ana Laura Dias aprendeu desde muito cedo a cuidar dos trabalhos domésticos e da roça ajudando a sua mãe nos trabalhos. Possui a 2ª série do Ensino Fundamental, e é alfabetizada (sabe ler e escrever), contudo, não teve chance de progredir em seus estudos.

Figura 2: Ana Laura Dias Vieira



Fonte: Telminha (2023)



Conheceu o seu esposo, Tadeu Viana, filho do lugar, e juntos tiveram oito filhos. Seus partos foram todos normais e assistidos por parteiras da

comunidade, inclusive a dona Bena foi a parteira da maioria de seus filhos. Ela se descreve como uma mulher de bom coração, trabalhadora, que nunca teve uma vida fácil, mas, com garra, ajuda de seu esposo e de Deus, conseguiu criar todos os seus filhos. Para garantir o sustento de sua família, trabalhava com seu marido em roça, praticando a pesca artesanal, confeccionando artesanato (paneiros feitos de ambé e timbuí) e a coleta da castanha do Pará. Informa professar a fé católica e acreditar nas interseções soberanas de Deus, e na ajuda dos santos, que, durante o trabalho de parto, são grandes aliados.

Vive hoje dos trabalhos de roça, benefícios e criação de bovinos. Jamais passou pela sua cabeça que seria uma parteira, mas lembra que tinha uma bisavó e outros parentes mais distantes que exerceram o ofício. Sua primeira experiência em partejar aconteceu em um momento inesperado, quando foi visitar sua cunhada que estava com dor para ganhar neném. O esposo da parturiente foi chamar a parteira, que era a Dona Benedita, mas enquanto ela não chegava, foi necessário ajudar a sua cunhada a ter o seu bebê.

Eu não lembro a idade que eu estava, né? Mas foi *duma* cunhada minha, quando o pai dela foi buscar, inclusive era a tia Bena que fazia o nosso parto naquela época, quando ela chegou já tinha pego o menino. Cheguei lá, ela estava com dor, né? E aí eu peguei lá, a criança já estava encruada já pra nascer. Aí não tive como eu deixar de não estender a mão daquela criança que já estava naquele momento, né? Aí foi assim. Da segunda vez, já tive mais aquela experiência, né? Também foi com outra cunhada, deu a dor nela e ela não quis ir pro hospital e aí eu pensei: vai ser eu mesmo pra fazer tudo, né? E fiz o parto dela e a criança nasceu bem? Ela estava na cidade lá dentro de Baião, mas não quis ir pro hospital. Aí, quando foram buscar a ambulância, que estávamos na casa da Antonete do Cláudio, o bebê já tinha nascido. Daí em diante foi indo, né? Uma



coisa que não foi estudado, ninguém me ensinou, foi Deus mesmo que me deu este dom, né? Foi ajuda que Deus me deu pra mim ter esse entendimento, pra mim saber pra mim ter essa sabedoria, né? Pra mim, poder ajudar as pessoas, as mulheres (Ana L. D. Vieira, pesquisa de campo. 08/03/2023).

Observa-se nas falas de dona Ana Laura que a arte de partejar começa a fazer parte de sua vida, quando se deparou com uma situação que não lhe deu alternativa, a não ser ajudar a sua cunhada que estava em trabalho de parto. Agora, a bagagem que traz consigo advém, em parte, de sua própria experiência com os partos normais que teve, assistidos por parteira tradicional. De outra parte, é uma experiência adquirida no meio social, típico de comunidade tradicional, onde, quando alguém da família ou vizinha está em trabalho de parto, a pessoa vai até ela para ajudar ou assistir ao parto. Com isso, quando a pessoa se depara com uma situação dessa natureza, ela vai contribuir para que a realização do parto ocorra com sucesso, mesmo que nunca tenha feito isso antes. Assim, Ana Laura já assistiu 35 partos, todos de mulheres de Joana Peres, os últimos ocorridos no final de 2022 e no começo de 2023.

Com esses relatos, fica evidente que as parteiras tradicionais de Joana Peres preservam o seu patrimônio cultural no que diz respeito aos cuidados com a gestação, parto e pós-parto, e que muitas gestantes, mesmo que sejam encaminhadas para médicos durante a gravidez, preferem dar à luz em sua residência com o auxílio delas, reconhecendo o valor de seu ofício.

CONCLUSÃO



As questões envolvendo os conhecimentos das parteiras tradicionais e o afastamento delas do protagonismo da gestação, parto e pós-parto nos grandes centros urbanos e nas pequenas cidades do Brasil, a partir do século XIX, é bastante instigante e complexa, pelo fato de envolver toda uma estrutura ideológica, política e racista, que fomentou um processo de medicalização do parto e do nascimento. Nesse processo, o que era visto

como fenômeno fisiológico e natural pelas parteiras tradicionais, com a institucionalização, passa a ser tratado como perigoso. O parto sai, então, do domínio das antigas parteiras e passa a ser um assunto exclusivo de profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, obstetras e outros).

Nas comunidades tradicionais e nos bairros pobres das periferias urbanas, porém, as parteiras nunca deixaram de atuar. Com efeito, a carência de serviços de saúde e a necessidade da população alimentaram a continuidade e a transmissão desse ofício durante séculos. Além disso, a dimensão afetiva que envolve o parto e o nascimento conduzidos por parteiras nessas comunidades fazem com que muitas mulheres recorram a elas, mesmo que tenham acesso ao sistema oficial de saúde.

Diante disso, este estudo buscou dar visibilidade a duas parteiras tradicionais ativas na comunidade quilombola Vila de Joana Peres, narrando suas trajetórias e reconhecendo sua imensa contribuição às famílias locais. As trajetórias de vida das parteiras Benedita e Ana Laura diferem, mas o processo de formação no ofício é semelhante para ambas. Nota-se que a necessidade se torna oportunidade em ambos os casos e, logo, a oportunidade se torna missão.

Nota-se, nos dois casos apresentados, que ser parteira não é uma questão de escolha, e sim um ato motivado por razões culturais,



circunstanciais, fé e coragem. Culturais por fazer parte do meio social em que elas estão inseridas; circunstanciais porque é movido pelo desejo de ajudar alguém que está necessitando; e ato de fé e coragem porque esses dois componentes se auto e retroalimentam, pois são imprescindíveis no momento do parto. Como percebemos com a Dona Benedita e Dona Ana Laura, foram os momentos que vivenciaram que lhes proporcionaram o caminho para serem

parteiras, e, a partir daí, foram aperfeiçoando suas experiências com outras parteiras e até mesmo com seus próprios partos.

REFERÊNCIAS

ARNAUD, Expedito. Breve informação sobre os índios Asurini e Parakanan; Rio Tocantins, Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Antropologia*, n. 11, p. 1-22, jul. 1961.

BATISTA, Sheila Maria dos Santos. *Saberes tradicionais das parteiras e a política de parto no interior do Rio de Janeiro: um estudo de caso em Quissamã*. 2016. 153f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2016.

BOURGUIGNONN, Ana Maria; CRISOTTI Márcia. Concepções sobre humanização do parto e nascimento nas teses e dissertações brasileiras. *Saúde Social*, São Paulo, v. 27, n. 4, p.1230-1245, 2018.

BRUGGEMANN, Odaléa. *A enfermagem como diálogo vivo: uma proposta humanística no cuidado à mulher durante o processo do nascimento*. 1998. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.



CARDOSO, Ítala Lopes. *O saber/fazer das parteiras populares do entorno do Distrito Federal*. 2012. 56 f. Monografia (Bacharelado em Saúde Coletiva) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

CURI, Paula Land; BAPTISTA, Júlia Gonçalves Barreto. A medicalização do corpo de mulher e a violência obstétrica. *Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, v. 8, n. 1, p. 123-136, 2017.

CRUZ, Zoraide Vieira. *O ato de partejar: memórias, saberes e práticas de parteiras tradicionais do sudoeste baiano*. 2019. 225f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2019.

DINIZ, Carmen Simone Grilo. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. *Ciências e Saúde Coletiva*, v. 10, n. 3, p. 627-637, 2005.

EHRENREICH, Barbara; ENGLISH, Deirdre. *Bruzas, parteira e enfermeira: uma história das curandeiras*. 2017. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/375549/Barbara-Ehrenreich-and-DeirdreEnglishBruzas%2C+parteiras+e+enfermeiras+2ed+zinao.pdf>>. Acesso em: 12 de out. 2022.

FIGUEIREDO, Rodrigo Augusto Alves. *A comida que vem da mata: aspectos etnoecológicos da caça em uma comunidade quilombola da Reserva Extrativista Ipaú-Anilzinho (Amazônia, Brasil)*. Dissertação de mestrado, pelo Programa de Pós-Graduação em Agricultras Amazônicas, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Pará, 2014.

FLEISCHER, Soraya. *Parteiras, buchudas e aperreios: uma etnografia do atendimento obstétrico não oficial em Melgaço/PA*. Santa Cruz do Sul; Belém: EdUNISC; Paka Tatu, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GALVÃO, Mary Lucia et al.. Memórias de saberes tradicionais no antigo quilombo Cabula (Salvador – Bahia): percursos entre narrativas de parto. *Revista Encantar*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 28–43, 2020. Disponível em:



<https://revistas.uneb.br/index.php/encantar/article/view/8081>. Acesso em: 29 maio. 2024.

GOMES, Flávio. “No labirinto dos rios, furos e igarapés”: camponeses negros, memória e pós-emancipação na Amazônia, c. XIX-XX. *História Unisinos*, v. 10, n. 3, p. 281-292, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=579866842005>. Acesso em: 25/05/20234.

GROSGOUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31 n. 1, p. 25-49, 2016.

LEITE, Tatiana H. et al.. Desrespeitos e abusos, maus tratos e violência obstétrica: um desafio para a epidemiologia e a saúde pública no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 2, p. 483–491, fev. 2022.

MELO, Júlia Morim de; MÜLER, Elaine; GAYOSO, Daniella Bittencourt. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

NAGAHAMA, Elizabeth; SANTIAGO, Silvia Maria. A institucionalização médica do parto no Brasil. *Ciência e saúde coletiva*, v. 10, n. 3, p. 51-657, 2005.

NASCIMENTO, Keyla. C. et al.. A arte de partejar: experiência de cuidado das parteiras tradicionais de Envira/AM. *Escola Anna Nery*, v. 13, n. 2, p. 319–327, abr. 2009. <https://doi.org/10.1590/S1414-81452009000200012>.

OLIVEIRA, Cintia al.. Apoio contínuo na assistência ao parto para redução das cirurgias cesarianas: síntese de evidências para políticas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 2, p. 427–439, fev. 2022.

PAES, Silvia Regina; LEUCHTENBERGER, Ramoci. *Saberes silenciados: o ofício de parteira em comunidades quilombolas do Alto Vale do Jequitinhonha*. 31 Reunião Brasileira de Antropologia (Anais). Brasília, 2018.

PIEIDADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Nós, 2017.



PINTO, Benedita C. de M.. Vivências cotidianas de parteiras e “experientes” do Tocantins. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 2, p. 441–448, jul. 2002. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000200013>.

PINTO, Benedita C. de M.; COSTA, João Paulo A.; DOMINGUES, Andréa S. História, cultura e resistência negra na Amazônia tocantina, no Pará – Brasil. *E-Revista de Estudos Interculturais*, [S. l.], n. 8, 2021. DOI: 10.34630/erei.vi8.4130. Disponível em: <https://parc.ipp.pt/index.php/e-rei/article/view/4130>. Acesso em: 26/05/2024.

PIXUNA NETO, Leônidas Ribeiro. Racismo no quilombo? Reflexões sobre a persistência da colonialidade em Joana Peres, Baião, Pará. *Revista África e Africanidades*, v. 16, n. 46, p. 211-240, 2023.

RAMOS, S. Coelho. *Baião: a história de um município*. Belém: Ed. e Gráfica Valente. 2009.

RIBEIRO, Margarete Ferreira. Promoção da saúde para prevenção do alcoolismo com as famílias da comunidade extrativista de Joana Peres, Baião-PA. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Etnodiversidade da Universidade Federal do Pará (UFPA), campus universitário de Altamira, 2020.

SALLES, Vicente. *O negro no Pará: sob o regime da escravidão*. Belém: Instituto de Artes do Pará, 2005.

SANTIAGO, Joely Coelho. Arte de partejar: aprendizados e ensinamentos de mulheres parteiras de comunidades remanescentes de quilombos do Vale do Guaporé – RO. *Presença Geográfica*, v. 6, Num. Especial, p. 194-200, 2019.

SANTOS, Maryelle P. da S. et al.. Humanização do parto: desafios do Projeto Apice On. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 5, p. 1793–1802, maio de 2022.

SCHUMAHER, Schuma; BRASIL, Érico Vital. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SILVA, André M. da; CHAVES, Cleide de L. Assistência ao parto nos sertões da Bahia: entre mulheres e doutores (1930-1950). *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, [S. l.], v. 6, n. 14, p. 153–169, 2014. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/136>. Acesso em: 29 maio. 2024.



SILVA, José Bittencourt. O rio Joana Peres (Estado do Pará) e o fenômeno do Pirakau: uma perspectiva etnográfica. *Margens*, v.10, n. 14, p. 168-186, 2016.

SILVA, Sandra C.; DIAS-SCOPEL, Raquel; SCHWEICKARDT, Júlio. Gestação e parto em uma comunidade rural amazônica: reflexões sobre o papel da parteira tradicional. *Interface - Comunica o, Saúde, Educa o*, v. 24, p. e190030, 2020. <https://doi.org/10.1590/interface.190030>.

UFPE – UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO; IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Parteiras tradicionais do Brasil*. Dossiê referente à Pesquisa dos Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil com vistas à instru o do Processo de Registro como Patrim nio Cultural Imaterial do Brasil. Recife, 2021.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. *Pajés, benzedores, puxadores e parteiras: os imprescindíveis sacerdotes do povo na Amazônia*. Santarém: Ufopa, 2016.

Recebido em: 29/05/2024

Aprovado em: 07/09/2025